

2. O Departamento de Administração e Recursos Humanos compreende as seguintes repartições:

- a) Administração e Finanças;
- b) Recursos Humanos.

### CAPÍTULO III

#### ARTIGO 9

##### (Colectivos)

No Gabinete de Informação funcionam os seguintes colectivos:

- a) Colectivo de Direcção;
- b) Conselho Consultivo;
- c) Conselho Técnico.

#### ARTIGO 10

##### (Colectivo de Direcção)

1. O Colectivo de Direcção é convocado e dirigido pelo director do Gabinete de Informação e tem por funções analisar e dar parecer sobre questões fundamentais da actividade do Gabinete de Informação, designadamente:

- a) Estudar as decisões e deliberações dos órgãos do Estado e as dos demais órgãos, com impacto na área de informação e comunicação social;
- b) Analisar e dar parecer sobre as actividades de preparação, execução e controlo do plano, programas e orçamento do Gabinete de Informação;
- c) Efectuar o balanço das actividades desenvolvidas.

2. O Colectivo de Direcção integra o director do Gabinete de Informação, directores de Informação e Comunicação, Estudos e Cooperação, chefes de departamento e de repartição e assistente do director do Gabinete de Informação.

3. O Colectivo de Direcção reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo director.

#### ARTIGO 11

##### (Conselho Consultivo)

1. O Conselho Consultivo é o colectivo convocado e dirigido pelo director do Gabinete de Informação, através do qual o Gabinete de Informação traça as linhas gerais de apoio do Governo para o desenvolvimento dos meios de comunicação social, competindo-lhe:

- a) Estudar e apresentar propostas e recomendações sobre as formas de angariação de apoio ao desenvolvimento dos meios de comunicação social;
- b) Apreciar a execução do plano e do programa de actividades a médio e longo prazos do Gabinete de Informação e das instituições subordinadas ou sob tutela e proceder ao seu balanço;
- c) Recomendar a aprovação ou modificação do relatório e do plano anual de actividades do Gabinete de Informação e das instituições subordinadas ou sob tutela.

2. O Conselho Consultivo é composto pelos membros do Colectivo de Direcção e pelos directores e chefes de departamento das instituições subordinadas ou sob tutela.

3. O Conselho Consultivo reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que for determinado pelo director do Gabinete de Informação.

#### ARTIGO 12

##### (Conselho Técnico)

1. O Conselho Técnico é o órgão de consulta do director do Gabinete de Informação e tem por função proceder à

análise de questões técnico-administrativas, jurídico-administrativas e de especialidade do sector de informação e comunicação social, definição de prioridades na elaboração legislativa, investigação e planificação estratégica a médio e longo prazos.

2. Constituem funções do conselho técnico:

- a) Emitir pareceres que lhe forem solicitados superiormente;
- b) Emitir pareceres sobre questões de especialidade do sector, nomeadamente na formulação de estudos, estratégias e políticas sectoriais;
- c) Apreciar projectos de propostas de diplomas regulamentares a submeter ao Governo, pelo Gabinete de Informação e emitir pareceres, prestar informações e assistência de carácter técnico aos projectos de apoio ao desenvolvimento dos meios de comunicação social;
- d) Cumprir as demais funções que lhe forem atribuídas pelo director do Gabinete de Informação.

2. Os principais aspectos de carácter técnico-científico relacionados com a actividade do Gabinete de Informação a serem objecto de análise do Conselho Técnico são propostos pelas unidades sectoriais e instituições subordinadas ou sob tutela.

3. O Conselho Técnico é composto por quadros de reconhecida competência técnica dentro e fora do Gabinete de Informação, podendo incluir, quando necessário, técnicos dos diferentes serviços. Tanto uma como outros serão designados pelo director do Gabinete de Informação.

4. O Conselho Técnico reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que a urgência das matérias o exigir.

5. O Conselho Técnico poderá estruturar-se em subcomissões especializadas para tratar de questões específicas.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Diploma Ministerial n.º 202 /2005

de 29 de Agosto

A adequação da estrutura orgânica do Ministério da Agricultura é um processo contínuo que deve acompanhar a dinâmica das reformas do sector público e o desenvolvimento de um ambiente que estimule o sector produtivo.

Nestes termos, após aprovação pelo Conselho Nacional da Função Pública, conforme a alínea c) do n.º 1 do artigo 3 do Decreto n.º 5/2000, de 28 de Março, o Ministro da Agricultura, ao abrigo do disposto no artigo 4 do Decreto Presidencial n.º 24/2005, de 27 de Abril, determina:

Artigo 1. É publicado o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, que faz parte integrante do presente diploma ministerial.

Art. 2. É revogado o Diploma Ministerial n.º 22/2005, de 12 de Janeiro.

Maputo, 22 de Agosto de 2005. — O Ministro da Agricultura,  
Tomás Frederico Mandlate.

## **Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura**

### **CAPÍTULO I**

#### **Sistema orgânico**

##### **ARTIGO 1**

###### **Áreas de actividade**

O Ministério da Agricultura (MINAG) estrutura-se em conformidade com as seguintes áreas de actividade:

- a) Administração, manejo, protecção e conservação de recursos essenciais à actividade agrária, em particular da terra, água, florestas, animais domésticos e fauna bravia;
- b) Fomento da produção, agro-industrialização, comercialização de insumos e produtos agrários;
- c) Defesa sanitária, vegetal e animal;
- d) Extensão agrária e assistência aos produtores;
- e) Infra-estruturas básicas e serviços de apoio aos produtores;
- f) Investigação e tecnologia agrária e sua disseminação.

##### **ARTIGO 2**

###### **Estrutura**

O MINAG tem a seguinte estrutura:

- a) Direcção Nacional de Serviços Agrários;
- b) Direcção Nacional de Terras e Florestas;
- c) Direcção Nacional de Extensão Agrária;
- d) Inspeção-Geral;
- e) Direcção de Economia;
- f) Direcção de Recursos Humanos;
- g) Direcção de Administração e Finanças;
- h) Centro de Documentação e Informação Agrária;
- i) Departamento de Cooperação Internacional;
- j) Gabinete do Ministro.

##### **ARTIGO 3**

###### **Instituições subordinadas**

São instituições subordinadas:

- a) Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM);
- b) Instituto do Algodão de Moçambique (IAM);
- c) Instituto de Fomento do Caju (INCAJU);
- d) Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI);
- e) Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção (CE-NACARTA);
- f) Instituto de Formação em Administração de Terras e Cartografia (INFATEC).

##### **ARTIGO 4**

###### **Instituição tutelada**

O Ministro da Agricultura tutela o Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA).

### **CAPÍTULO II**

#### **Das funções**

##### **ARTIGO 5**

###### **Direcção Nacional de Serviços Agrários**

1. A Direcção Nacional de Serviços Agrários é responsável pelas seguintes áreas de actividades:

- a) Produção agro-pecuária;
- b) Defesa sanitária, animal e vegetal;

- c) Aviso prévio;
- d) Sementes, mudas e material de multiplicação;
- e) Conservação e melhoramento genético e registo genealógico e de marcas;
- f) Irrigação;
- g) Coordenação da segurança alimentar.

2. A Direcção Nacional de Serviços Agrários tem como funções:

- a) Assegurar a elaboração, implementação, monitoria e avaliação de políticas, estratégias e legislação;
- b) Promover a recolha de informações e a realização de levantamentos, inventários e estudos e fornecer às instituições tuteladas e subordinadas e aos órgãos locais a informação técnica relevante;
- c) Promover o desenvolvimento do sector privado e de organizações de produtores, nomeadamente, cooperativas, uniões, associações, comités de gestão e outras, e a sua participação na concepção e execução das políticas, estratégias e legislação;
- d) Enquadrar a actividade do sector privado, nos termos definidos por lei;
- e) Promover a mecanização e processamento da produção agro-pecuária;
- f) Promover a construção e utilização de sistemas de regadio;
- g) Promover a actividade de fiscalização.

##### **ARTIGO 6**

###### **Direcção Nacional de Terras e Florestas**

1. A Direcção Nacional de Terras e Florestas é responsável pelas seguintes áreas de actividades:

- a) Agrimensura, Cadastro e Tombo Nacional de Terras;
- b) Recursos florestais e faunísticos.

2. A Direcção Nacional de Terras e Florestas tem como funções:

- a) Assegurar a elaboração, implementação, monitoria e avaliação de políticas, estratégias e legislação;
- b) Promover a recolha de informações e a realização de levantamentos, inventários e estudos e fornecer, às instituições tuteladas e subordinadas e aos órgãos locais, a informação técnica relevante;
- c) Promover o desenvolvimento do sector privado e de organização de produtores, nomeadamente, cooperativas, uniões, associações, comités de gestão e outras, e a sua participação na concepção e execução das políticas, estratégias e legislação;
- d) Enquadrar a actividade do sector privado, nos termos definidos por lei;
- e) Promover o uso sustentável da terra e dos recursos florestais e faunísticos, bem como o reforestamento e repovoamento da fauna bravia;
- f) Promover a actividade de fiscalização.

##### **ARTIGO 7**

###### **Direcção Nacional de Extensão Agrária**

A Direcção Nacional de Extensão Agrária tem como funções, em todas as actividades do MINAG:

- a) Participar na elaboração, implementação, monitoria e avaliação de políticas, estratégias e legislação sectoriais;
- b) Estabelecer, monitorar e avaliar o quadro director para o treinamento, informação e assistência técnica e organizativa aos produtores;
- c) Promover o desenvolvimento do sector privado e de organizações de produtores, nomeadamente, cooperativas, uniões, associações, comités de gestão e outras, e a sua participação na concepção e execução das políticas, estratégias e legislação;

- d) Coordenar a recolha, avaliação e validação, junto das instituições de investigação científica, de novas tecnologias, serviços, produtos e processos de produção a serem difundidos entre os produtores agrários e, em contrapartida, transferir-lhes os dados e informações relevantes para o estabelecimento das prioridades em termos de pesquisa e tecnologia para o aumento da produtividade;
- e) Manter actualizada a capacidade de resposta dos técnicos e extensionistas às necessidades dos produtores agrários;
- f) Estabelecer mecanismos para a disseminação de inovações tecnológicas e formação de formadores;
- g) Promover a realização de actividades de extensão agrária por outras entidades públicas, privadas e organizações não-governamentais.

## ARTIGO 8

**Inspecção-Geral**

A Inspecção-Geral tem como funções:

- a) Realizar inspecções nos órgãos centrais e locais e nas instituições subordinadas e tuteladas, com o objectivo de controlar a correcta aplicação dos recursos financeiros, a administração dos recursos humanos e materiais e o cumprimento, de forma geral, das normas administrativas e dos dispositivos legais vigentes;
- b) Promover acções no sentido de assegurar o cumprimento do segredo estatal;
- c) Controlar o atendimento ao público, a tramitação dos processos nos órgãos internos e dos requerimentos formulados pelos interessados, e recomendar os procedimentos necessários à eficácia das acções em geral;
- d) Realizar ou controlar a realização de processos de inquérito, sindicâncias e procedimentos disciplinares;
- e) Realizar auditorias de gestão nos sistemas de administração financeira e de contabilidade dos órgãos centrais e locais e das instituições subordinadas e tuteladas;
- f) Receber, apurar a procedência e buscar solução para reclamações e sugestões relacionadas com eventuais desvios na prestação de serviços e na disponibilização de produtos pelo MINAG e pelas instituições subordinadas e tuteladas;
- g) Colectar, analisar e interpretar as informações referentes a reclamações e sugestões acompanhando os casos até à solução final.

## ARTIGO 9

**Direcção de Economia**

A Direcção de Economia tem como funções:

- a) Formular, monitorar e avaliar políticas, estratégias, programas, planos, projectos e directrizes de acção governamental para o sector agrário;
- b) Avaliar os efeitos da política macro-económica nacional e internacional sobre a produção agrária e propor acções no âmbito do MINAG;
- c) Elaborar, actualizar e harmonizar os planos anuais e plurianuais de actividades do MINAG e coordenar a monitoria e avaliação periódica da sua execução;
- d) Coordenar a preparação dos projectos de orçamento anual e plurianual do MINAG;
- e) Colaborar com os órgãos governamentais e demais instituições na formulação de directrizes, políticas e estratégias de acção nas áreas de crédito rural, incentivos fiscais e fixação de preços mínimos no sector agrário;

- f) Produzir e divulgar estatísticas que permitam acompanhar, avaliar e monitorar o sistema produtivo agrário;
- g) Assegurar a instalação, o funcionamento e a manutenção dos serviços de informática e de comunicação electrónica do MINAG;
- h) Elaborar os relatórios de actividades do sector.

## ARTIGO 10

**Direcção de Recursos Humanos**

A Direcção de Recursos Humanos é responsável pela ligação com o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do aparelho de Estado e tem como funções:

- a) Planificar, coordenar, seleccionar e administrar os recursos humanos do MINAG em conformidade com a política governamental;
- b) Formular, coordenar e executar as normas, políticas e estratégias de formação e concessão de bolsas de estudo;
- c) Fazer cumprir, no âmbito do MINAG, o Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e demais legislação aplicável;
- d) Elaborar e manter actualizado o quadro de pessoal;
- e) Elaborar e manter actualizados os ficheiros descentralizados, contendo os elementos básicos, os registos e as informações exigidas pelo Subsistema de Informação de Pessoal e pelas normas de administração dos funcionários do Estado;
- f) Implantar e manter actualizado um sistema de acompanhamento e avaliação de desempenho dos funcionários do MINAG;
- g) Assessorar, controlar e avaliar as actividades dos órgãos locais e das instituições subordinadas e tuteladas, nos assuntos relacionados com a administração dos funcionários, recrutamento, selecção, gestão e desenvolvimento dos recursos humanos.

## ARTIGO 11

**Direcção de Administração e Finanças**

A Direcção de Administração e Finanças é responsável pela ligação com o sistema de administração financeira do Estado e tem como funções:

- a) Realizar a administração geral do MINAG, propor os procedimentos administrativos e executar as actividades necessárias ao seu correcto funcionamento;
- b) Promover e coordenar a aquisição, a alienação de bens e a contratação de serviços no MINAG em conformidade com a legislação vigente;
- c) Controlar, manter e inventariar o património e os recursos materiais do Estado afectos ao MINAG;
- d) Participar na coordenação da elaboração do orçamento anual e plurianual do MINAG;
- e) Coordenar o processo de execução e controlo das dotações do Orçamento do Estado atribuídas ao MINAG;
- f) Executar e monitorar a gestão dos recursos financeiros e patrimoniais e garantir a informação regular e prestação de contas sobre a utilização dos recursos alocados aos diferentes órgãos e instituições do MINAG;
- g) Estabelecer, divulgar e velar pelo cumprimento de normas e procedimentos de gestão dos bens do Estado afectos ao MINAG;
- h) Elaborar os relatórios de implementação das actividades financeiras do sector.

## ARTIGO 12

**Centro de Documentação e Informação Agrária**

O Centro de Documentação e Informação Agrária tem as seguintes funções:

- a) Coordenar a implementação das acções e políticas estabelecidas para a documentação e informação públicas no MINAG;
- b) Promover o intercâmbio com outros organismos no domínio da documentação e informação de interesse para o sector agrário;
- c) Orientar normativa e metodologicamente os serviços de documentação e informação nos diferentes órgãos e instituições do MINAG;
- d) Disseminar a informação agrária aos técnicos do sector e ao público em geral, através de publicações escritas e de outros serviços de informação;
- e) Coordenar a elaboração, registo e publicação de documentos de interesse para o sector agrário no MINAG.

## ARTIGO 13

**Departamento de Cooperação Internacional**

O Departamento de Cooperação Internacional tem como funções:

- a) Coordenar a implementação da política de cooperação internacional no MINAG;
- b) Coordenar e globalizar a informação relativa às acções de cooperação internacional no MINAG e a execução dos seus programas;
- c) Estudar, explorar e divulgar, no sector, as possibilidades técnicas, materiais e financeiras de cooperação regional e internacional;
- d) Coordenar a preparação e participação do MINAG em acções de cooperação internacional de interesse para o sector;
- e) Coordenar a sincronização das acções de relações públicas no Ministério da Agricultura em estreita ligação com as normas e práticas aplicáveis no país.

## ARTIGO 14

**Gabinete do Ministro**

O Gabinete do Ministro tem como funções:

- a) Preparar e assegurar o cumprimento dos programas de actividades e das agendas diárias do Ministro e Vice-Ministro;
- b) Secretariar os encontros de trabalho do Ministro e Vice-Ministro;
- c) Assessorar o Ministro e Vice-Ministro nas áreas de reforma e desenvolvimento institucional, sócio-económica, jurídica e comunicação social;
- d) Manter o sistema de controlo de movimentação do expediente e arquivo geral de documentos, correspondência, comunicados, processos, actas e decisões e organizar, em arquivo independente e protegido, os documentos classificados e relativos aos segredos de Estado;
- e) Solicitar pareceres às instituições relevantes segundo a matéria, a fim de consubstanciar o expediente a remeter à consideração superior;
- f) Estabelecer contacto formal com outras instituições e pessoas singulares relativamente a assuntos de interesse do MINAG que envolvam directamente o Ministro, Vice-Ministro e o Secretário Permanente;
- g) Assistir o Ministro e Vice-Ministro na sua representação política e social.

## CAPÍTULO III

**Dos colectivos**

## ARTIGO 15.

**Colectivos**

No MINAG funcionam os seguintes colectivos:

- a) Conselho Consultivo;
- b) Conselho Coordenador.

## ARTIGO 16

**Conselho Consultivo**

1. O Conselho Consultivo do MINAG é dirigido pelo Ministro, tendo por função analisar e dar parecer sobre questões fundamentais da actividade do Ministério, designadamente:

- a) Análise das decisões dos órgãos do Estado relacionadas com as actividades do MINAG, tendo em vista a sua implementação;
- b) Preparação, execução e controlo do plano e orçamento do MINAG;
- c) Análise das propostas de políticas, estratégias e legislação relevantes para o sector.

2. O Conselho Consultivo tem a seguinte composição:

- a) Ministro;
- b) Vice-Ministro;
- c) Secretário Permanente;
- d) Inspector-Geral;
- e) Directores Nacionais.

3. Podem ser convidados a participar nas reuniões do Conselho Consultivo os directores das instituições subordinadas e tuteladas, os Directores Nacionais-Adjuntos, bem como especialistas e técnicos, em função da matéria.

4. O Conselho Consultivo reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o Ministro o convoque.

## ARTIGO 17

**Conselho Coordenador**

1. O Conselho Coordenador é dirigido pelo Ministro, tendo por função a coordenação, planificação e controlo da acção conjunta dos órgãos centrais e locais no sector agrário.

2. O Conselho Coordenador tem a seguinte composição:

- a) Membros do Conselho Consultivo;
- b) Directores das instituições subordinadas e tuteladas;
- c) Directores Nacionais Adjuntos;
- d) Responsáveis dos órgãos provinciais responsáveis pela agricultura.

3. Podem ser convidados a participar no Conselho Coordenador outros quadros do MINAG e de outros sectores da administração pública, representantes do sector privado, organizações profissionais e de produtores e associações.

4. O Conselho Coordenador reúne-se ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que as circunstâncias o exijam.

## CAPÍTULO IV

**Disposições finais**

## ARTIGO 18

**Regulamentos internos**

Compete ao Ministro da Agricultura aprovar, por diploma ministerial, os regulamentos internos das unidades orgânicas do MINAG, no prazo de noventa dias após a publicação do presente diploma ministerial.

Aprovado pelo Conselho Nacional da Função Pública, aos 14 de Julho de 2005. — A Vice-Presidente, *Maria Helena Taípo*. (Ministra do Trabalho)